



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE FREDERICO WESTPHALEN

Aos 17 dias do mês de maio de 2016, compareceu à sede da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001882-05.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pela Juíza Eliane Covolo Melgarejo, pela Diretora de Secretaria Maria Augusta Roani e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 11.07.1980

Data da última correição realizada: 19.05.2015

Data da Implantação do PJe: 10.04.2015

Jurisdição: Alpestre, Ametista do Sul, Caiçara, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Erval Seco, Frederico Westphalen, Iraí, Jaboticaba, Novo Tiradentes, Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rodeio Bonito, Seberi, Taquaruçu do Sul, Trindade do Sul, Vicente Dutra, Vista Alegre

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 17.05.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Eliane Covolo Melgarejo	Juíza Titular	Desde 01.04.2016

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 09.05.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Frederico Westphalen pertence à 69ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição ão



compreende 02 vagas de zoneamento, ocupadas pelos Juízes Substitutos Fernando Reichenbach e Felipe Jakobson Lerrer.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correccionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Diogo Souza	10.10.2014 a 24.05.2015	Juiz Titular	07 meses e 15 dias
2	Raquel Hochmann de Freitas	31.07 a 22.11.2015	Juíza Titular	03 meses e 22 dias
3	Rozi Engelke	11.01 a 02.02.2016	Juíza Titular	23 dias
4	Eliane Covolo Melgarejo	Desde 01.04.2016	Juíza Titular	01 mês e 02 dias
5	Evandro Luis Urnau (Juiz do Trabalho Substituto)	09.02 a 10.03.2015	Atuou em razão das férias do Juiz Titular	01 mês e 02 dias
		13.03.2015	Atuou em razão de pauta de suspeição do Juiz Titular	01 dia
6	Fernando Reichenbach (Juiz do Trabalho Substituto)	06.04 a 23.04.2015	Atuou em razão de licença para tratamento de saúde do Juiz Titular	18 dias
7	Átila da Rold Roesler (Juiz do Trabalho Substituto)	25.05 a 30.07.2015	Atuou em razão da Vara encontrar-se sem Juiz Titular	02 meses e 06 dias
8	Felipe Jakobson Lerrer (Juiz do Trabalho Substituto)	08.09 a 13.09.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular (sem pauta)	06 dias
		14.09 a 04.10.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	21 dias
		20.12.2015 a 06.01.2016	Atuou em razão da Vara encontrar-se sem Juiz Titular	18 dias
		07.01 a 10.01.2016	Atuou em razão da Vara encontrar-se sem Juiz Titular	04 dias
		11.01.2016	Atuou como Juiz Auxiliar	01 dia



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		12.01 a 20.01.2016	Atuou em razão da Juíza Titular estar designada pela Corregedoria para proferir decisões em processos pendentes de julgamento de outros Magistrados.	09 dias
		21.01 a 31.01.2016	Atuou em razão da Juíza Titular estar designada pela Corregedoria para proferir decisões em processos pendentes de julgamento de outros Magistrado.	11 dias
		01.02 a 02.02.2016	Atuou em razão da Juíza Titular estar designada pela Corregedoria para proferir decisões em processos pendentes de julgamento de outros Magistrado.	02 dias
		03.02 a 31.03.2016	Atuou em razão da Vara encontrar-se sem Juiz Titular	01 mês e 29 dias
		01.04 a 10.04.2016	Atuou em razão da Vara encontrar-se sem Juiz Titular	10 dias
9	Bárbara Schönhofen Garcia (Juíza Titular da VT de Palmeira das Missões)	26.11 a 29.11.2015	Atuou em razão da Vara encontrar-se sem Juiz Titular	04 dias
		14.12 a 18.12.2015	Atuou em razão da Vara encontrar-se sem Juiz Titular	05 dias
10	Gustavo Pusch (Juiz do Trabalho Substituto)	30.11 a 06.12.2015	Atuou em razão da Vara encontrar-se sem Juiz Titular	07 dias
11	Jaquelina Maria Menta (Juíza do Trabalho Substituta)	07.12 a 13.12.2015	Atuou em razão da Vara encontrar-se sem Juiz Titular	06 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 09.05.2016)



2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares Lotados durante o Período Correcionado

Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Diogo Souza	Férias	09.02 a 10.03.2015	30 dias
		Licença para tratamento de saúde (LTS)	06.04 a 23.04.2015	18 dias
Titular	Raquel Hochmann de Freitas	Férias	08.09 a 06.10.2015	29 dias
Titular	Rozi Engelke	Designada pela Corregedoria para proferir decisões em processos pendentes de julgamento de outros Magistrados.	11.01 a 02.02.2016	22 dias
Titular	Eliane Covolo Melgarejo	Férias	01.04.2016	10 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 09.05.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Denise Schneider Teixeira Bortolan	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	12.04.2016
2	Maria Augusta Roani	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretora de Secretaria- CJ3	19.01.1994
3	Cristiano Silva Dos Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente Diretor de Secretaria (FC04)	21.07.2008
4	Eunice Tonolli Panazzolo Bacha	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	02.05.2013
5	Aldo Sorensen Ghisolfi	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente (FC02)	25.03.2013
6	Clarinda Calegari	Técnico Judiciário –	Assistente (FC02)	12.08.1993



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		Área Administrativa		
7	Joao Henrique Pit Venzo	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente (FC02)	07.04.2016
8	Adriana Trevisol Frighetto	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	08.11.2006
9	Ana Lucia Gutkoski	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	25.06.1990
-	Dilson Da Silva	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	18.07.2012
-	Sidinei Mazzutti	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	23.08.2013

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 05.05.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
880,67	751-1.000	9	9 a 10

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior.

Com base no exposto, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen está dentro dos parâmetros previstos nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Denise Schneider Teixeira Bortolan*	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Desde 12.04.2016			
Maria Augusta Roani	Cursos ou eventos (CURS)	10	13 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
Eunice Tonolli Panazzolo Bacha	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	1 dia
Aldo Sorensen Ghisolfi	Casamento (CASA)	8	20 dias
	Cursos ou eventos (CURS)	2	
	Dispensa Médica (DM)	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	9	
Clarinda Calegari	Falecimento Pessoa da Família- (FALC)	8	8 dias
Cristiano Silva Dos Santos	Cursos ou eventos (CURS)	12	15 dias
	Curso Parcial	1	
	Dispensa Médica (DM)	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Adriana Trevisol Frighetto	Doença em Pessoa da Família (LPF)	6	11 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5	
Ana Lucia Gutkoski	Cursos ou eventos (CURS)	1	73 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	72	
Joao Henrique Pit Venzo* Desde 07.04.2016	Prazo para deslocamento (PD)	10	10 dias
Dilson Da Silva	Cursos ou eventos (CURS)	1	4 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
Sidinei Mazzutti	Cursos ou eventos (CURS)	1	1 dia

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 05.05.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
--------------	-----------------	---------------	--	-----------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1	Marcos Dias Marino*	15.12.2014	28.05.2015	5 meses e 15 dias	Lotação na 3ª VT de Passo Fundo - Assistente de Juiz Titular(FC05)
2	Lucas Sant'Ana De Lima*	17.08.2015	17.12.2015	04 meses	Lotação na 3ª VT de Passo Fundo - Assistente de Juiz Titular(FC05)
3	Werner Herwig Gijzen**	24.08.2015	06.01.2015	04 meses e 13 dias	Lotação na 3ª VT de Passo Fundo – Diretoria de Secretaria - CJ
4	Rejane Linck Pinto*	20.01.2016	22.02.2016	01 mês e 3 dias	Lotação na 2ª VT de Sapiranga – Assistente de Juiz Titular(FC05)
5	Mauricio Dos Santos***	20.01.2016	22.02.2016	01 mês e 2 dias	Lotação na 4ª VT de Gravataí-Secretário de Audiência (FC03)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 05.05.2016)

* Os servidores já ocupavam função de Assistente de Juiz Titular FC05 na Vara do Trabalho correccionada.

**O servidor já ocupava função de Diretor de Secretaria CJ3 na Vara do Trabalho correccionada.

***O servidor já ocupava função de Secretário de Audiência FC03 na Vara do Trabalho correccionada.

2.2.5 Estagiários

A unidade não conta com estagiário, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 05.05.2016.

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juizes Titulares e dos Juizes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Diogo Souza	-	-	13,5	13,5



Titular	Raquel Hochmann de Freitas	-	-	42,5	42,5
Titular	Rozi Engelke	-	-	97	97
Titular	Eliane Covolo Melgarejo	-	-	25,5	25,5
Substituto Zoneado	Fernando Reichenbach	-	-	21,5	21,5
Substituto Zoneado	Felipe Jakobson Lerrer	-	-	75	75

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.05.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor(a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Denise Schneider Teixeira Bortolan	-	-	2	2
Maria Augusta Roani	-	75,8	61	136,8
Eunice Tonolli Panazzolo Bacha	-	20	40	60
Aldo Sorensen Ghisolfi	20	20	170	210
Clarinda Calegari	-	20	30	50
Cristiano Silva dos Santos	-	40	83	123
Adriana Trevisol Frighetto	20	20	90	130
Ana Lucia Gutkoski	-	28	47	75
Joao Henrique Pit Venzo	-	-	-	-
Dilson da Silva	-	5	25	30
Sidinei Mazzutti	-	5	28	33

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 05.05.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Em face disso, a Vara do Trabalho de Frederico Westphalen foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 751 a 1.000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de todas as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 751 a 1.000 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Cachoeira do Sul - 01a Vara	954	1.070	912	978,67
Encantado - 01a Vara	1.122	593	760	825,00
Erechim - 01a Vara	589	904	967	820,00
Erechim - 02a Vara	553	914	963	810,00
Erechim - 03a Vara	971	908	976	951,67
Esteio - 01a Vara	723	779	841	781,00
Esteio - 02a Vara	777	782	887	815,33
Estrela - 01a Vara	931,67	931,67	931,67	931,67
Estrela - 02a Vara	931,67	931,67	931,67	931,67
Frederico Westphalen - 01a Vara	757	959	926	880,67
Rio Grande - 01a Vara	738	802	1.009	849,67
Rio Grande - 02a Vara	727	858	1.023	869,33
Rio Grande - 03a Vara	820	820	1.083	907,67
Rio Grande - 04a Vara	776	868	1.062	902,00
Santa Pana do Livramento - 01a Vara	719	812	755	762,00
Santa Rosa - 01a Vara	610	727	1.018	785,00
Santa Rosa - 02a Vara	632	694	1.002	776,00
São Borja - 01a Vara	919	787	794	833,33
Sapucaia do Sul - 01a Vara	955	979	1.004	979,33
Sapucaia do Sul - 02a Vara	939	969	1.012	973,33
Soledade - 01a Vara	837	936	821	864,67
Vacaria - 01a Vara	838	970	813	873,67
Unidades com 701 a 1.000 processos por ano	17.819	18.994	20.491	868,26

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015- 2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.092	1.277	16,94%	1.351	5,79%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	116	106	-8,62%	112	5,66%
Pendentes de finalização na fase de execução***	681	752	10,43%	762	1,33%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	22	25	13,64%	31	24,00%
Total	1.911	2.160	13,03%	2.256	4,44%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

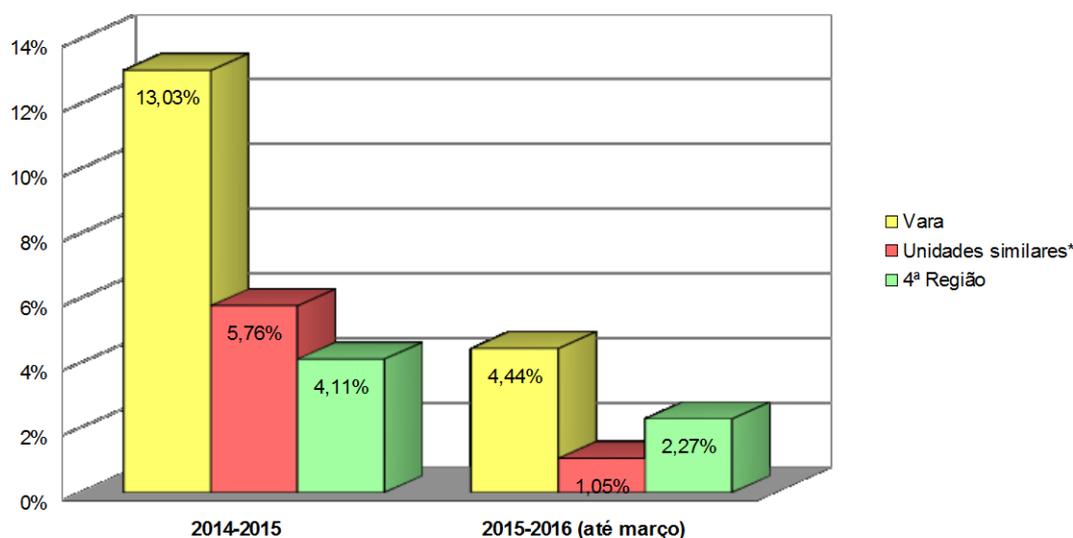
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve elevação de 13,03% no total de processos tramitando na Unidade Judiciária, em números absolutos, de 249 processos. O aumento observado nos processos pendentes na fase de conhecimento foi o fator que mais contribuiu para esse resultado (aumento de 185 processos).

A variação no acervo de processos na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen em 2015 foi superior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação média de 4,11% no estoque de processos em tramitação. Nos três primeiros meses de 2016, o estoque de processos tramitando sofreu aumento de 4,44%, índice também acima da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



Variação do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
Casos novos	959	926	-3,44%	263	-71,60%
Sentença Anulada/Reformada	6	12	100,00%	1	-91,67%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	682	1.121	64,37%	289	-74,22%
Processos pendentes de solução	670	552	-17,61%	529	-4,17%

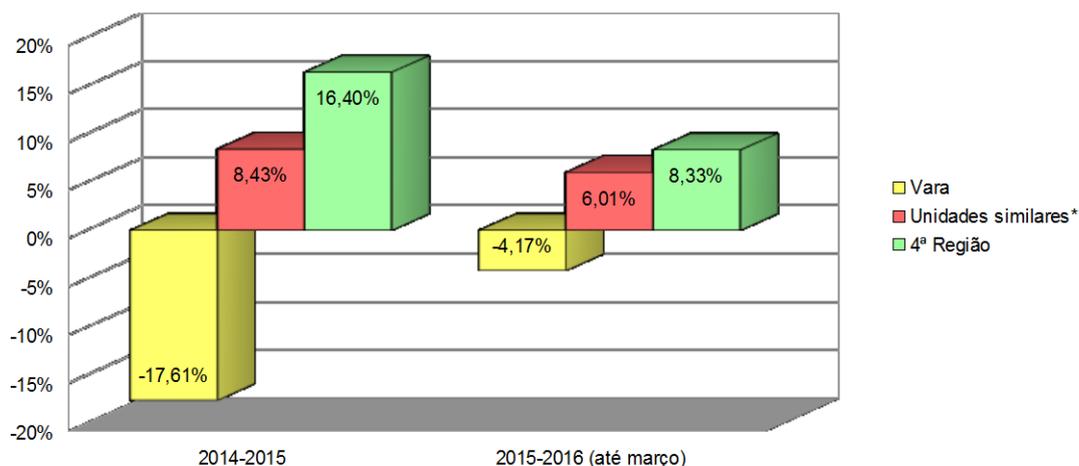
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma redução de 17,61% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 670 para 552 processos) – tendência inversa à verificada em toda a 4ª Região em 2015, em que o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%. O principal fator que contribuiu para essa diminuição no estoque foi uma elevação de 64,37% no número de processos solucionados em comparação com os dados do ano de 2014. Registra-se que tal resultado se mostra bastante positivo, pois significa que o número de processos pendentes na Unidade diminuiu sensivelmente em 2015.



Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve uma redução de 12,96% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, consoante se pode observar das especificações constantes no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	93	125	34,41%	214	71,20%
Aguardando encerramento da instrução	476	320	-32,77%	291	-9,06%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	47	60	27,66%	13	-78,33%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	54	47	-12,96%	11	-76,60%
TOTAL	670	552	-17,61%	529	-4,17%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Frederico Westphalen - 01a	71,12%	121,06%	70,23%	109,89%	-9,23%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Vara					
Unidades similares*	88,89%	92,94%	4,56%	79,93%	-14,01%
TRT4 - 1ª Instância	85,97%	89,11%	3,66%	75,96%	-14,76%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 121,06% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 70,23% em relação ao índice do ano anterior. O desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao das unidades de porte semelhante em 28,12 pontos percentuais e à média geral do TRT da 4ª Região em 31,94 pontos percentuais.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Frederico Westphalen - 01a Vara	50,29%	70,24%	39,65%	35,46%	-49,51%
Unidades similares*	63,53%	66,05%	3,96%	29,65%	-55,11%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	55,20%	-1,16%	20,26%	-63,30%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela Vara do Trabalho de Frederico Westphalen foi de 70,24% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 39,65% superior ao verificado no ano anterior. Tal desempenho foi superior ao das unidades da mesma faixa de movimentação processual em 4,19 pontos percentuais, bem como à média de toda a 4ª Região em 15,03 pontos percentuais.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.03)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	263	38,56	426	38	83	28,72
	Julgado procedente	11	1,61	23	2,05	0	0
	Julgado procedente em parte	281	41,2	378	33,72	132	45,67
	Julgado improcedente	27	3,96	99	8,83	32	11,07
	Extinto	0	0	2	0,18	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	582	85,34	928	82,78	247	85,47
	Extinto	9	1,32	102	9,1	15	5,19



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Sem exame de mérito	Arquivamento (art. 844 CLT)	37	5,43	64	5,71	19	6,57
	Desistência	21	3,08	15	1,34	4	1,38
	Outras decisões	33	4,84	12	1,07	4	1,38
	SUBTOTAL	100	14,66	193	17,22	42	14,53
TOTAL		682	100	1.121	100	289	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, verificou-se um aumento de 439 processos solucionados na Unidade Judiciária, na comparação com o ano anterior, o que representa uma elevação de 64,37%. Esse desempenho se mostra superior à média de toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou um aumento médio de apenas 8,13% no número de processos solucionados, bem como superior à média apresentada por unidades similares, que ficou em 9,54%, conforme especificações do quadro abaixo:

Variação média processos solucionados			Variação média solucionados com resolução de mérito (sem conciliações)		
	2014-2015	2015-2016		2014-2015	2015-2016
Vara	64,37%	-74,22%	Vara	57,37%	-67,33%
Unidades similares*	9,54%	-80,72%	Unidades similares*	12,48%	-74,16%
4ª Região	8,13%	-77,83%	4ª Região	7,56%	-75,14%

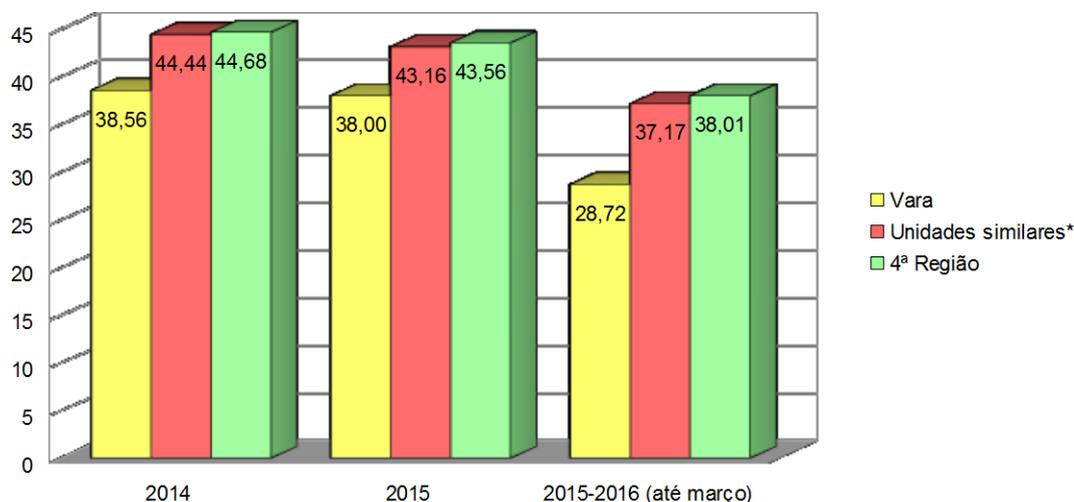
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Dentre os tipos de solução, verificou-se o incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014, foram proferidas 319 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 502 decisões, representando um aumento de 57,37%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao do TRT4, o qual registrou um aumento de apenas 7,56% no número de decisões com resolução de mérito (sem conciliações).

Da mesma forma, os números evidenciam um aumento no número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 263, representando 38,56% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações elevou-se para 426, correspondendo, contudo, a 38% das soluções na fase de conhecimento – índice que, no entanto, foi inferior ao verificado em toda a 4ª Região, este no percentual 43,56%. Por fim, constatase que, no corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 28,72%, resultado este inferior à média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Iniciadas	288	225	-21,88%	52	-76,89%
Encerradas	243	226	-7,00%	45	-80,09%
Pendentes	116	106	-8,62%	112	5,66%
Arquivo Provisório	0	0	#DIV/0!	0	Não aplicável

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 116, em 2014, para 106, em 2015, importando em uma redução de 8,62%. Esse resultado foi melhor que o índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.239 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,9%).

Um dos principais motivos para essa queda foi uma redução de 21,88% no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre esses dois períodos, associada a uma diminuição de 7% no número de liquidações encerradas.

Já no primeiro trimestre de 2016, os números refletem um aumento no estoque de processos pendentes na fase de liquidação para 112 processos, o que representa uma elevação de 5,66%.



3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Frederico Westphalen - 01a Vara	84,38%	100,44%	19,05%	86,54%	-13,84%
Unidades similares*	93,49%	93,92%	0,46%	93,82%	-0,10%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	81,81%	-7,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 100,44% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se um aumento de 19,05% em relação ao índice do ano anterior. Este resultado foi 6,53 pontos percentuais superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, bem como 12,01 pontos percentuais maior que à média geral do TRT4.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Frederico Westphalen - 01a Vara	67,31%	66,28%	-1,54%	28,48%	-57,03%
Unidades similares*	60,69%	62,29%	2,62%	29,74%	-52,26%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	22,21%	-59,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela Vara do Trabalho de Frederico Westphalen em 2015 atingiu 66,28% do número total de liquidações a encerrar – resultado 1,54% inferior ao verificado em 2014. Esse desempenho foi 3,99 pontos percentuais superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, bem como 11,96 pontos percentuais acima da média geral do TRT4.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
--	------	------	-----------------------	----------------------	-----------------------

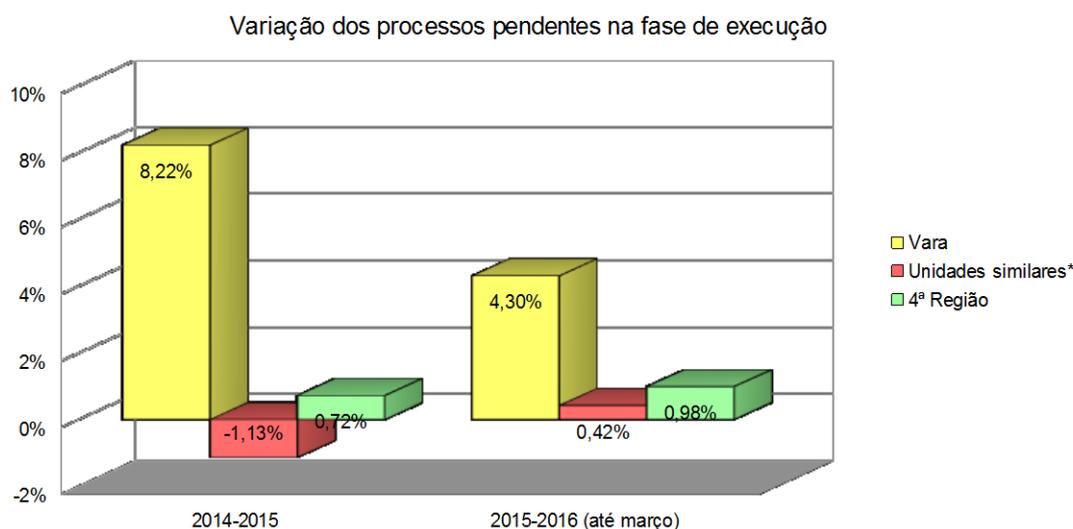


Entrada	Iniciadas	294	287	-2,38%	57	-80,14%
	Desarquivadas para prosseguimento	33	5	-84,85%	2	-60,00%
Saídas	Encerradas	247	200	-19,03%	30	-85,00%
	Arquivadas Provisoriamente	25	35	40,00%	5	-85,71%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	32	32	0,00%	30	-6,25%
	Demais	333	363	9,01%	382	5,23%
	Total	365	395	8,22%	412	4,30%
Saldo no arquivo Provisório		625	655	4,80%	658	0,46%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Entre os anos de 2014 e 2015, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen sofreu aumento de 365 para 395 (elevação de 8,22%). Uma queda de 19,03% no número execuções encerradas foi o principal fator para essa elevação no período.

Por sua vez, os dados colhidos no primeiro trimestre de 2016 apontam uma pequena elevação no estoque de processos pendentes na fase de execução, de 395 para 412 processos (4,30%), resultado superior à média regional no mesmo período, que apresentou um aumento de apenas 0,98% no número de execuções pendentes.



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas				
2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Frederico Westphalen - 01a Vara	84,01%	69,69%	-17,05%	52,63%	-24,47%
Unidades similares*	101,01%	73,58%	-27,16%	45,14%	-38,65%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	67,51%	-15,64%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 69,69% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 17,05% em relação ao índice do ano anterior. Constata-se que o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, que ficou em 73,58%, bem como à média geral do TRT da 4ª Região, que alcançou 80,03% no período.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
Frederico Westphalen - 01a Vara	19,74%	15,66%	-20,68%	2,71%	-82,70%
Unidades similares*	18,32%	16,44%	-10,26%	3,56%	-78,34%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	3,94%	-74,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela Vara do Trabalho de Frederico Westphalen em 2015 foi de 15,66% do número total de execuções a encerrar – resultado 20,68% menor que o verificado no ano anterior. Esse resultado foi 0,78 pontos percentuais inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 0,28 pontos percentuais superior à média geral do TRT da 4ª Região, constatando-se uma piora no desempenho da Unidade neste quesito.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	89	54	-39,33%	17	-68,52%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	36	30	-16,67%	13	-56,67%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	539	554	2,78%	564	1,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)



O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para *verificação* do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de Frederico Westphalen, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.03.2016. Dessa consulta, **não resultou qualquer processo** com execução encerrada definitivamente e com o devedor ainda inscrito no BNDT.

Sinala-se, contudo, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.03)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	56	77	4	130	113	21	31	46	5
Antecipações de tutela	111	111	2	60	57	4	11	11	4
Impugnações à sentença de liquidação	29	26	8	28	23	14	7	1	19
Embargos à execução	38	45	10	53	49	16	14	7	23
Embargos à arrematação	0	0	0	1	0	1	0	0	1
Embargos à adjudicação	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	1	1	0	3	1	2	0	0	2
Total	235	260	24	276	244	58	63	65	54

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)



Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 276 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a um aumento de 17,45% em relação ao ano anterior. Observa-se, ainda, que o número de incidentes processuais julgados apresentou redução de 6,15% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 260 para 244 processos. Por causa disso, houve elevação do número total de incidentes processuais pendentes de decisão, de 24, em 31.12.2014, para 58 processos, em 2015. Destaca-se, por fim, que, em 31.03.2016, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 54 processos, resíduo 6,9% inferior ao do final do período anterior – sendo que os embargos à execução eram a espécie que correspondia a maior parte dos incidentes processuais ainda pendentes.

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, ou ainda pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, consoante se aponta, por amostragem, no exemplo que segue:

1	Processo nº 0000225-92.2014.5.04.0551
Situação processual: Em 15/5/2015 foram opostos embargos declaratórios pela reclamada, os quais foram recebidos como “petição”, em 10/6/2015, mediante mera “decisão/despacho”. Uma vez que não foi dada a específica solução no sistema, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junto ao e-Gestão.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2016)

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	63,61	81,23	27,69%	126,74	56,03%
	Ordinário	208,33	245,19	17,70%	268,95	9,69%
	Total	196,09	237,37	21,05%	255,14	7,49%

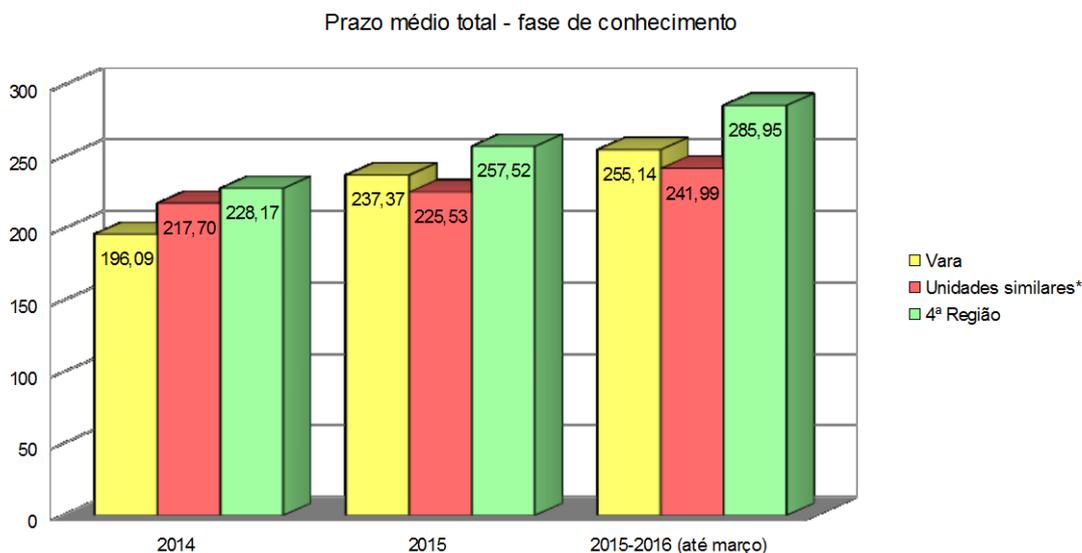
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen apresentou uma elevação de 21,05%, passando de 196,09 para 237,37 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 27,69% em relação à



média do ano anterior, passando de 63,61 para 81,23 dias. Por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 245,19 dias, prazo este 17,70% superior na comparação com o do ano de 2014.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 5,25% superior (11,84 dias) à média do prazo identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 7,83% menor (20,15 dias) que a média do prazo em todas as Unidades de 1ª instância do TRT4. Outrossim, os dados do primeiro trimestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi de 255,14 dias, prazo este 5,43% superior (13,15 dias) em relação ao prazo médio constatado nas demais Unidades Similares e 10,77% inferior (30,81 dias) ao prazo médio verificado nas Unidades que integram a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	111,14	30,23	-72,80%	153	406,12%
	Ordinário	130,17	177,28	36,20%	186,97	5,46%
	Total	129,01	168,22	30,40%	185,94	10,53%

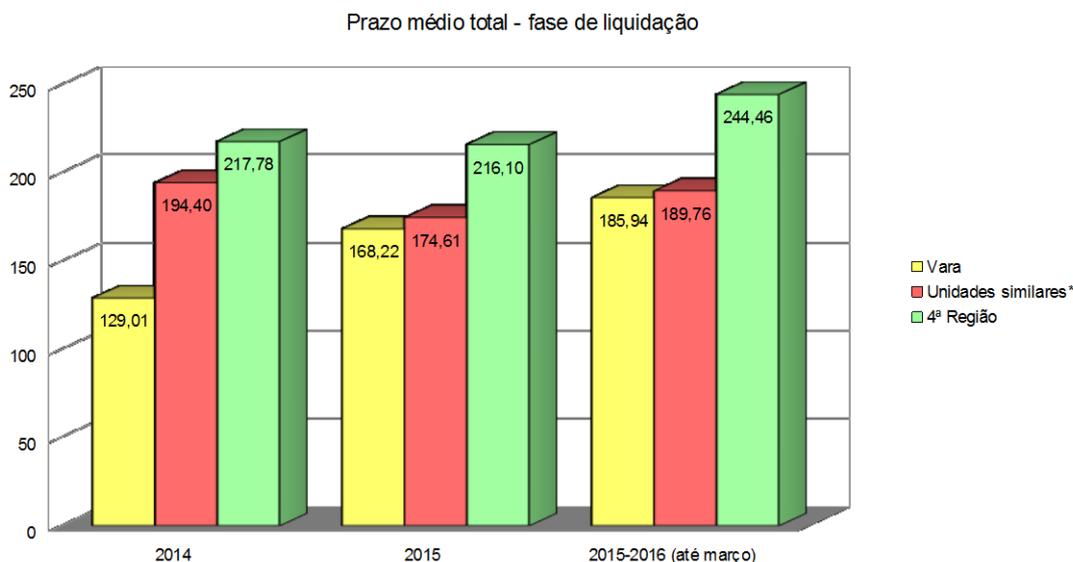
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 30,23 dias, apresentando uma redução de 72,80% em relação à média de prazo do ano



anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 177,28 dias, prazo este 36,20% superior em comparação ao verificado em 2014. Os dados do ano de 2016, colhidos no primeiro trimestre, apontam uma tendência de elevação dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação, tanto no rito sumaríssimo, quanto no rito ordinário.

Constatou-se, ainda, que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 6,38 dias menor do que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 47,87 dias menor a média dos prazos observados pelas Unidades de 1ª instância de toda a 4ª Região. Outrossim, os dados dos três primeiros meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 2,01% inferior (3,82 dias) ao prazo médio das demais Unidades Similares e 23,94% menor (58,51 dias) que o prazo médio verificado na demais Unidades integrantes da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	351,95	260,41	-26,01%	453,00	73,95%
	Ente público	2.530,10	193,67	-92,35%	334,50	72,72%
	Total	756,46	250,65	-66,87%	442,69	76,62%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, diminuiu de 351,95 dias, em 2014, para 260,41 dias, em 2015. No primeiro trimestre de



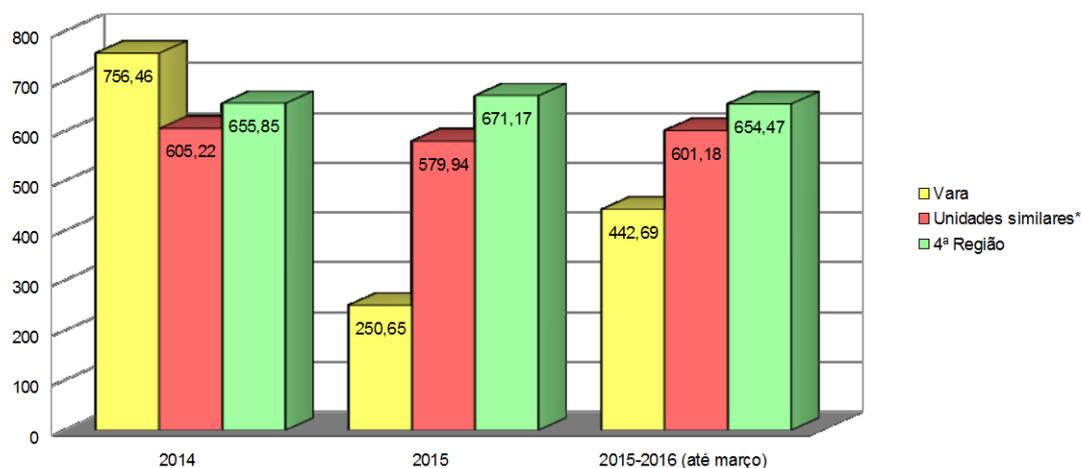
2016, no entanto, os dados apontam elevação média para 453 dias, prazo este 73,95% maior que aquele apurado ao final do ano anterior.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 2.530,10 dias, em 2014, para 193,67 dias, em 2015. Todavia, nos três primeiros meses de 2016, os números sinalizam que o lapso de tramitação sofreu novo aumento, para 334,5 dias, o que equivale a uma elevação de 72,72% na comparação com 2015.

Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen foi, em 2015, 56,78% inferior (329,30 dias) ao das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 62,66% menor (420,52 dias) que a média de toda a 4ª Região.

Finalmente, verifica-se que, no primeiro trimestre de 2016, o prazo médio da Unidade foi 26,36% menor (158,49 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 32,36% inferior (211,78 dias) ao prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.

Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
926	1.121	121,06%	Meta Cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
-----------------	--	--	--



Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
391	393	100,51%	Meta já cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
283	220	77,74%	Meta não cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
21	21	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
	Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Meta cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	24	3	23	Meta cumprida
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	15	0	14	Meta cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	52	39	51	Meta cumprida
5º	União	2	16	1	Meta não cumprida
6º	OI S.A.	0	0	0	Meta cumprida



7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	14	1	13	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	2	1	1	Meta cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	19	6	18	Meta cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	196,09	237,37	194,13	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	249	263	256	426	259	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.03.2016	Solucionados até 31.03.2016	%	Resultado
263	289	109,89%	Meta Cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não	Processos distribuídos	%	Resultado



julgados até 31.12.2014	até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e fevereiro de 2016		
663	635	95,78%	Meta já cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.03.)	Meta para 2016	Resultado parcial
Total de acordos	249	263	256	83	262	Meta cumprida
Média mensal de acordos	20,75	21,92	21,33	27,67	21,83	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.03)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 31.03)
57	48	84,21%	Meta não cumprida

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ				
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.01.2016)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até 31.03)



1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Meta cumprida
2º	União	16	0	15	Meta cumprida
3º	Estado do Rio Grande do Sul	3	3	2	Meta não cumprida
4º	Caixa Econômica Federal - CEF	1	50	0	Meta não cumprida
5º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	39	38	38	Meta cumprida
6º	OI S.A.	0	0	0	Meta cumprida
7º	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	1	3	0	Meta não cumprida
8º	Claro S.A.	0	0	0	Meta cumprida
9º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida
10º	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	5	6	4	Meta não cumprida

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quartas, pela manhã e à tarde. Nas férias do juiz não há pauta. A composição média das sessões é especificada no quadro abaixo:

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	6(I) 1(U) 4(P)	6(I) 1(U) 4(P)	-	-
Tarde	-	6(I) 1(U) 4(P)	6(I) 1(U) 4(P)	-	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria Maria Augusta Roani em 17.05.2016)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

6.2 PAUTAS LIVRES



Tipo	Última data marcada	Próxima Data Livre
	Inicial	14.06.2016
Una Sumaríssimo	14.06.2016	14.06.2016
Instrução	30.11.2016	31.08.2016

(Fonte: Informação da da Diretora de Secretaria Maria Augusta Roani em 17.05.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias) – Audiência inicial						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	34,25	33,92	-0,96%	101,27	198,55%
	Ordinário	49,6	42,28	-14,76%	75,96	79,66%
	Total	48,79	41,73	-14,47%	79,85	91,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo sofreu redução de 34,25 dias, em 2014, para 33,92 dias, em 2015 (de 0,96%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário observou queda de 49,6 dias, em 2014, para 42,28 dias, em 2015 (redução de 14,76%). No primeiro trimestre de 2016, os dados apontam tendência de aumento de prazos, tendência essa que deve ser vista com reservas em razão do pequeno prazo de análise, o qual inclui parte do recesso.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis indicam prazos menores que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão.

6.4 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias) – Audiência de instrução						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	33,73	36,94	9,51%	6,96	-81,17%
	Ordinário	188,42	193,26	2,57%	127,14	-34,21%
	Total	180	181,51	0,84%	113,42	-37,51%

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram o prazo aumentado de 33,73 dias, em 2014, para 36,94 dias, em 2015 (variação de



9,51%). No rito ordinário, da mesma forma, foi observada uma elevação no prazo médio das audiências de instrução de 188,42 dias, em 2014, para 193,26 dias, em 2015 (variação de 2,57%).

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas de prosseguimento efetivamente disponíveis indicam prazos menores que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Átila Da Rold Roesler	148	198	13	1	360
Diogo Souza	193	169	13	1	376
Evandro Luís Urnau	0	1	0	0	1
Felipe Jakobson Lerrer	71	41	7	0	119
Fernando Reichenbach	67	48	5	0	120
Gustavo Pusch	23	15	4	0	42
Jaqueline Maria Menta	26	16	0	0	42
Raquel Hochmann De Freitas	225	171	18	1	415
Juiz Não Identificado	1	0	0	0	1
TOTAL- 04ª - RS	754	659	60	3	1.476

Juiz (a)	2016 (até 31.03)				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Felipe Jakobson Lerrer	147	116	29	0	292
TOTAL- 04ª - RS	147	116	29	0	292

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Átila da Rold Roesler	178	66	0	244	16	260
Bárbara Fagundes	-	14	0	14	-	14
Bárbara Schönhofen Garcia	1	0	0	1	-	1
Diogo Souza	111	125	1	237	29	266
Evandro Luís Urnau	3	2	0	5	3	8
Felipe Jakobson Lerrer	30	34	1	65	5	70
Fernando Reichenbach	26	25	0	51	9	60
Gustavo Pusch	6	0	0	6	5	11
Jaqueline Maria Menta	10	0	0	10	1	11
Patrícia Helena Alves de Souza	-	64	0	64	-	64
Raquel Hochmann de Freitas	60	169	0	229	125	354
Juiz Não Informado Pela Vara	1	0	0	1	-	1
Total	426	499	2	927	193	1.120

2016 (até 31.03)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Átila da Rold Roesler	-	47	0	47	-	47
Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	-	1	0	1	-	1
Diogo Souza	-	1	0	1	-	1
Felipe Jakobson Lerrer	83	77	0	160	32	192
Fernando Reichenbach	-	1	0	1	-	1
Gustavo Pusch	-	10	0	10	-	10
Raquel Hochmann de Freitas	-	27	0	27	10	37
Total	83	164	0	247	42	289

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juíza Substituta Jaqueline Maria Menta	Sentença (07)	0020059-47.2015.5.04.0551 0020097-59.2015.5.04.0551 0020062-02.2015.5.04.0551 0020063-84.2015.5.04.0551 0020106-21.2015.5.04.0551 0020170-31.2015.5.04.0551 0020171-16.2015.5.04.0551

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 16.05.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 22.03.2016)



7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Os despachos urgentes são cumpridos no dia e os demais na mesma semana da determinação.

As notificações da Procuradoria Regional Federal são feitas semanalmente.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Há expedição de mandados, precatórios e RPV's 07 e 10 dias da determinação.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Alvarás são expedidos em 48 horas.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A média de petições protocoladas na unidade gira em torno de 100 ao dia, computadas as de processo físico e de PJe.

No PJE, as petições são apreciadas no dia posterior ao protocolo.

Nos processos físicos, as petições são apreciadas em 48 horas.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

No dia da correição estava sendo certificado o prazo vencido até 15.04.2016 nos processos físicos. No PJe o prazo é certificado no dia posterior ao vencimento.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa de processos ao TRT é semanal.

7.7 CONVÊNIOS

São utilizados todos os convênios disponíveis. A Diretora de Secretaria e seu assistente são os responsáveis pela sua utilização.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Todos os servidores que estiverem cumprindo despachos arquivam os processos, se for o caso. No final de cada mês, são feitos os lotes e as guias de arquivamento.

7.9 EXECUÇÃO REUNIDA

A Unidade tem poucas execuções reunidas.

Há duas formas de condução em relação aos processos reunidos: em algumas reuniões, os processos reunidos ficam sobrestados; em outras, os processos reunidos são arquivados.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é feita quando do retorno da ordem de bloqueio no BacenJud.



A retirada do BNDT é feita no momento em que determinada a extinção da execução.

7.11 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO À MASSA FALIDA

Após a expedição das certidões de habilitação de créditos, a execução é encerrada e o processo é arquivado sem dívida.

7.12 EXAME DOS LIVROS

7.12.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo
1	0116500-71.2007.5.04.0551	10.02.2016
2	0000851-48.2013.5.04.0551	01.04.2016
3	0037600-60.1996.5.04.0551	06.04.2016
4	0000065-67.2014.5.04.0551	29.04.2016
5	0000273-22.2012.5.04.0551	06.05.2016
6	0000592-24.2011.5.04.0551	06.05.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.05.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (despachos proferidos e expedição de notificações) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

7.12.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo
1	0000227-62.2014.5.04.0551	27.04.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.05.2016)

7.12.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 16.05.2016, verificou-se que não há mandados em atraso em carga com os Oficiais de Justiça.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 13.05.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **146**



processos. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 155300-96.1992.5.04.0551
Fase: Execução. Aspectos Gerais dos autos: Ausência de certidão nos autos: ausência de certidão nos autos relativa ao andamento de prazo no sistema informatizado, lançado em 09.10.2013, quanto ao aguardo da maioria para saque poupança do sucessor do reclamante. (Artigos. 94 e 95 da CPC/2008) Movimentação Processual: Nada a apontar.	
2	Processo nº 0000091-07.2010.5.04.0551
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: Ordem de juntada não observada: estatuto social da reclamada juntado após o instrumento de procuração (fls. 81 -143). (Art. 67 da CPC/2008) Ausência de lançamento no sistema informatizado: ausência de lançamento no sistema informatizado quanto ao depósito na Secretaria dos documentos depositados pela reclamada, conforme certidão exarada à fl. 191 em 23.04.2010. (Art. 70 da CPC/2008) Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 278v não menciona os documentos (fls.283 -294) que acompanham a petição do reclamante. (Art. 101 da CPC/2008) Lançamento inespecífico no sistema informatizado: lançamento de prazo no sistema informatizado em 20.02.2015, com vencimento indicado para 01.02.2016, sem mencionar a motivação (aguardo de julgamento de embargos de terceiro) disposta na decisão proferida em 16.01.2015 (fl. 579) (Art. 94 CPC/2008) Movimentação Processual: nada a apontar.	
3	Processo nº 0000558-15.2012.5.04.0551
Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos autos: Nada a apontar. Movimentação Processual: demora no impulso processual – preclusão de prazo e certidão correspondente: vencimento do prazo preclusivo em 04.03.2016 para ciência dos cálculos pelo reclamante (fl. 310), com certidão correspondente exarada em 19.04.2016 (fl. 317)	
4	Processo nº 0000113-26.2014.5.04.0551
Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos autos: ausência de informação imprescindível no termo de carga: não constam o nome e o número da OAB do Procurador nos termos de carga das fls. 135 e 157. (Art. 53, II, da CPC/2008) Movimentação Processual: demora no impulso processual – preclusão de prazo e certidão correspondente: vencimento do prazo preclusivo em 24.02.2016 para ciência dos cálculos pela reclamada (fl. 215), com certidão correspondente exarada em 19.04.2016 (fl. 219).	
5	Processo nº 0000053-24.2012.5.04.0551
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos autos: ausência de informação imprescindível no termo de carga: não constam o nome e o número da OAB do Procurador nos termos de carga da fl. 244. (Art. 53, II, da CPC/2008) Movimentação Processual: Nada a apontar.	



6	Processo nº 0000442-38.2014.5.04.0551
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos autos: Nada a apontar. Movimentação Processual: Nada a apontar.	
7	Processo nº 0000855-51.2014.5.04.0551
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos autos: termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 80v não menciona os comprovantes de pagamento (fls. 81v -82) que acompanham à petição da reclamada. (Art. 101, parágrafo único, da CPCR) Movimentação Processual: demora no impulso processual – vencimento do prazo comum em 22.02.2016 para retirada de documentos (fls. 85 - 86), com certidão correspondente exarada em 19.04.2016 (fl. 87).	
8	Processo nº 0000878-94.2014.5.04.0551
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos autos: ausência de assinatura: ausência de assinatura do Perito no termo de carga da fl.106. (Art. 169 do CPC de 1973). Movimentação Processual: demora no impulso processual – vencimento do prazo em 29.02.2016 para manifestação do reclamante acerca do cumprimento do acordo (fl. 126), com certidão correspondente exarada em 19.04.2016 (fl. 127).	
9	Processo nº 0000187-46.2015.5.04.0551
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: 1) demora no impulso processual – vencimento do prazo (fl. 92) em 13.07.2015 para ciência do reclamante acerca da contestação apresentada, com certidão correspondente exarada em 05.10.2015 (fl.93). 2) vencimento do prazo recursal em 01.03.2016, com certidão correspondente exarada em 19.04.2016 (fl. 98). Demora no impulso processual – entre vencimento do prazo e conclusão para decisão subsequente: prazo para ciência da contestação com vencimento em 13.07.2015, com conclusão subsequente realizada em 04.12.2015 (fl. 93v).	
10	Processo nº 0000944-74.2014.5.04.0551
Fase: Conhecimento: Execução Aspectos Gerais dos autos: ausência de solicitação de informação acerca do cumprimento de carta precatória: carta precatória para penhora (fl. 75) expedida em 10.06.2015. Após a expedição, foram realizadas consultas acerca do andamento processual pelo site do Tribunal em 08.10.2015 e em 20.01.2016 (fls. 78 e 79), com expedição de mensagem eletrônica, apenas em 26.01.2016 (fl. 80). A resposta foi encaminhada pelo Juízo deprecado em 26.01.2016 (fl. 81), sem posterior renovação de solicitação de informação até o momento. (Art. 86, parágrafo único, da CPCR) Movimentação Processual: nada a apontar.	

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR



No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 13.05.2016.

Prática	Exemplos
Demora no impulso processual	0000046-61.2014.5.04.0551
	0000786-19.2014.5.04.0551
Registros Desatualizados	0000433-47.2012.5.04.0551

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informado pela Diretora de Secretaria, a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo a Diretora de Secretaria, quando da homologação da conta, se a execução for definitiva e o crédito apurado for superior ao valor do depósito recursal, o Juiz **ordena** a liberação deste em favor do credor. Se o valor homologado for próximo, não libera o depósito recursal antes de intimar a reclamada. A citação se dá pelo valor remanescente.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

No caso de desconconsideração da personalidade jurídica, de acordo com a Diretora, ocorrem duas situações na unidade em função da alta rotatividade de juízes: há juízes que primeiro **determinam** a citação do(s) sócio(s) e outros que primeiro **utilizam** o convênio BacenJud em relação ao sócio e depois o intimam para ciência.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 10.04.2015.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em 16.05.2016, véspera da inspeção. Foi constatada a seguinte situação:

Agrupador	Quantidade de Proce	Mais antigo	Data
-----------	---------------------	-------------	------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

SSOS			
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciados	9	20257-84.2015.5.04.0551	06.07.2015
Processos com petições não apreciadas	61	20007-17.2016.5.4.0551	10.05.2016
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	8	20210-13.2015.5.04.0551	09.03.2016

Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando Cumprimento de Providência	Conhecimento	09	20008-36.2015.5.04.0551	23.10.2015
Aguardando Audiência	Conhecimento	317	20486-44.2015.5.04.0551	01.10.2015
Aguardando Término dos Prazos	Conhecimento	54	20348-77.2015.5.04.0551	08.03.2016
Analisar Sentença	Conhecimento	04	20089-82.2015.5.04.0551	11.04.2016
Análise do Conhecimento	Conhecimento	04	20566-08.2015.5.04.0551	03.05.2016
Análise do Sobrestamento	Conhecimento	02	20544-47.2015.5.04.0551	06.04.2016
Preparar Comunicação	Conhecimento	18	0021831-98.2015	02.05.2016
Triagem Inicial	Conhecimento	14	20379-63.2016.5.04.0551	06.05.2016
-	-	-	-	-
Aguardando término dos prazos	Liquidação	12	20025-72.2015.5.04.0551	08.04.2016
Analisar Despacho – Liq	Liquidação	02	20020-50.2015.5.04.0551	11.05.2016
Análise de Liquidação	Liquidação	01	20029-12.2015.5.04.0551	10.05.2016
Prazo Vencido	Liquidação	01	20021-35.2015.5.04.0551	11.05.2016
Aguardando Cumprimento de Providência	Execução	10	20533-09.2015.5.04.0551	04.04.2016
Aguardando término dos prazos	Execução	19	20083-75.2015.5.04.0551	14.11.2015
Análise do Sobrestamento	Execução	04	20674-37.2015.5.04.0551	24.02.2016
Prazos Vencidos	Execução	01	20480-37.2015.5.04.0551	30.04.2016

Conforme informações prestadas pela Diretora de Secretaria, o trabalho é realizado por tarefas e as subpastas são organizadas por quinzena.

Os processos são movimentados regularmente e, na data da inspeção, não foi constatada nenhuma irregularidade nas pastas em relação aos prazos e andamentos processuais.

As audiências são disponibilizadas no sistema e na triagem inicial é feita uma análise prévia da inicial.



As petições protocoladas são despachadas no dia seguinte ao protocolo e o prazo é certificado no dia seguinte ao do vencimento.

Verificou-se uma excelente gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico e uma boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 OUVIDORIA

Não constam expedientes na Ouvidoria relativos a essa unidade judiciária.

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A Vara do Trabalho de Frederico Westphalen apresenta alta movimentação de juízes. No período ora correccionado, 1 ano e 4 meses, quatro juízes titulares assumiram a unidade: Diogo Souza, Raquel Hochmann de Freitas, Rozi Engelke e Eliane Covolo Melgarejo. Ademais, quatro juízes substitutos atuaram nesse em período em razão de férias do juiz titular, suspeição, licença para tratamento de saúde e titularidade vaga. Não se pode, portanto, desconsiderar esse fator na análise do desempenho da unidade.

Quanto à movimentação processual, o acervo de processos tramitando na unidade vem aumentando a cada ano: 1.540 processos em 2013, 1.911 processos em 2014, 2.160 em 2015. Em contrapartida, houve aumento considerável no número de processos solucionados na unidade, o que reduziu o número de processos pendentes de solução. O número de processos que se encontram na fase de liquidação é bastante reduzido – aproximadamente 100 processos.

Sobre as condições de trabalho, a Diretora de Secretaria afirma que são boas, mas solicita a contratação de dois estagiários para auxiliar nas atividades. Quanto à greve ocorrida no ano de 2015, a maioria dos servidores aderiu. A divisão do trabalho entre a equipe é feita por tarefa, tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos.

Quanto ao BNDT, a unidade continua observando com atenção a inclusão de devedores, não tendo sido encontrado nenhum lançamento equivocado em execuções já encerradas definitivamente.



Questionada a respeito do funcionamento do correio e malote, a Diretora relatou que a agência dos Correios de Frederico Westphalen apenas entrega a correspondência na Vara. Não recolhe correspondências nem processos. Uma vez por semana, um servidor se desloca até os correios para levar os processos e as correspondências que precisam ser despachados, inclusive os processos que são remetidos à Procuradoria da União em Passo Fundo (nesse caso, o custo de postagem é da Procuradoria).

Na inspeção se pode verificar as boas instalações da unidade e o bom aproveitamento do espaço físico. Os arquivos de processos físicos estavam bem organizados.

A juíza Titular Eliane Covolo Melgarejo esteve presente e mostrou-se comprometida com o grupo, aduzindo que os problemas de relacionamento no ambiente de trabalho relatados na correição anterior foram superados. O Vice-Corregedor, ao final da correição, dirigiu-se aos servidores e abordou o assunto, tendo sido ponderado pela Diretora de Secretaria que o grupo está entrando numa nova fase, com mais profissionalismo no ambiente de trabalho. O Vice-Corregedor parabenizou a Juíza pelo empenho demonstrado no exercício da jurisdição bem como todos os servidores pelo bom andamento do trabalho. Merece destaque o tratamento cordial dispensado a essa Vice-Corregedoria durante a inspeção.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

ITEM 5.1.6 (Meta do CNJ específicas da Justiça do Trabalho - 2015)

Recomenda-se que a Unidade empenhe-se em promover, dentro do possível, a redução do prazo médio na fase de conhecimento, tendo em vista que não atendida a diretriz definida na meta em epígrafe (item 5.1.6, a), que estabeleceu a redução em 1% do prazo médio geral nas Unidades de primeiro grau da 4ª Região em que este ficou acima de 200 dias.

14 DETERMINAÇÕES GERAIS

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:



- a) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC de 1973;
- b) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela verificadas nos seguintes processos: 0000187-46.2015.5.04.0551 e 0000944-74.2014.5.04.0551.
- c) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, especificando sempre a presença de documentos apresentados em conjunto com as petições protocoladas, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- d) atente para a determinação de consulta à Vara Deprecada quanto ao andamento de Carta Precatória sem movimentação por mais de 45 dias, conforme a previsão do art. 86, parágrafo único, da CPCR.
- e) atente para que conste nos registros de carga todas as informações consideradas imprescindíveis segundo dispõe o artigo 53 da CPCR.
- f) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPCR;
- g) observe que os andamentos do sistema informatizado devem espelhar com clareza e fidelidade os atos praticados nos autos, nos termos do art. 94 da CPCR, portanto, devem ser evitados procedimentos como os verificados no processo 0155300-96.1992.5.04.0551;
- h) observe o que determina o artigo 95 da CPCR quanto à certificação das datas de suspensão, interrupção e vencimento dos prazos, bem como a ocorrência de feriado ou ausência de expediente forense que implique na alteração na contagem;

15 DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS

15.1 SECRETARIA

ITENS 7.12.1 e 7.12.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.12.1 e 7.12.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)



A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **146 processos** parados, os quais incluem processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

a) atualize os registros do processo nº 0000433-47.2012.5.04.0551.

15.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que a Juíza Substituta Jaqueline Maria Menta profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

O cumprimento dessa determinação será acompanhado pela Secretaria desta Corregedoria, mediante expediente próprio.

16 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA / JUDICIÁRIA

Solicita-se à COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS esclarecimentos quanto ao convênio deste TRT com a agência dos Correios de Frederico Westphalen acerca do recolhimento das correspondências na Vara – a quem compete.

Solicita-se à SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (Estágios – Seção de Ingresso e Remoção) que informe sobre a previsão de contratação de estagiários para a Vara do Trabalho de Frederico Westphalen.

17 PRAZO PARA RESPOSTA

A **Diretora de Secretaria** deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

18 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular, a Diretora de Secretaria e os servidores da Unidade



Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da Vara Trabalho de Frederico Westphalen, das 16h às 17h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Compareceram o Presidente Regional da Subseção da OAB, Sr. Antonio Luiz Pinheiro, os advogados Tarcisio Vendruscolo, Anelise Cancian Cocco, Bruno Cancian Cocco, Jonathan Carvalho, Pablo H. Caovilla Kuhnen e Gecieli Lorenzi Vian. Reclamaram da alta rotatividade de juízes na unidade, do número reduzido de pautas – dois dias na semana -, da constante variação de entendimentos e métodos de condução do processo. Requereram a designação de um Juiz Titular efetivo na jurisdição. Compareceram, ainda, os jornalistas Fábio Pelinson do Jornal “O Alto Uruguai” e o jornalista Eder Calegari do Jornal “Folha do Noroeste”.

19 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Eliane Covolo Melgarejo, pela Diretora de Secretaria Maria Augusta Roani e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional